

ARQUIVOS, MEMÓRIAS E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA EM MOÇAMBIQUE¹

Archives, memory and historiography in Mozambique

Denisse Kátia Soares Omar I Docente da Universidade Rovuma - Moçambique, Doutoranda em História Contemporânea de África. Email: denissekatiaomar@gmail.com

Resumo

O presente artigo é o resultado de uma reflexão teórica sobre a relação e articulação existente entre Arquivos, Memória e Produção Historiográfica em Moçambique. Num primeiro momento, apresenta-se o arquivo e seu percurso histórico, pois este é normalmente constituído por documentos gerados e reunidos na obtenção de um objectivo, bem como os valores oficiais e culturais que levam à preservação dos mesmos. Num segundo momento, analisa-se a memória nos sistemas de arquivo, esta memória que é conjugada em registros guardados e que são as fontes de confecção do trabalho historiográfico: materiais a partir dos quais o historiador pode realizar sua pesquisa, definir temas e com os quais escreve o texto histórico. E por fim apresenta-se a produção historiográfica, que reflecte os avanços contemporâneos da produção do conhecimento. Neste sentido, para realização deste artigo levou-se em consideração uma análise bibliográfica e documental buscando-se analisar o tópico a partir dos materiais e documentos existentes em Arquivos, centrando-se principalmente na documentação que deu mais ímpeto e clareza à pesquisa.

Palavras-chave: Arquivo. Documento de Arquivo. Memória. Historiografia

Abstract

This article resulted from a theoretical reflection on the relationship and interrelation between archives, memory and historiography in Mozambique. At first, it presents archives and their historical path. This is usually constituted by documents generated and gathered to accomplish an objective. Plus, this paper addresses official and cultural values leading to their preservation. In a second step, it analyses the role of memory in the archives systems. This memory is preserved through records, sources of historiography. They constitute the materials used by historians to carry out their research, to define themes and to write historical texts. Finally, this article presents works of historiography, reflecting contemporary advances in the production of knowledge. In this sense, for the writing of this paper, the author has made bibliographical and documentary research, seeking to analyze the object of study from archival materials and documents. The main focus was on the documentation that gave the research more impetus and clarity.

Keyword: Archive. Archive document. Memory. Historiography

¹ No presente artigo foi mantida a ortografia da língua portuguesa adotada no país de origem da autora, Moçambique.

Introdução

O presente artigo tem como objectivo articular a relação existente entre arquivos, memória e produção historiográfica em Moçambique. Moçambique, país que passou por um processo de colonização que durou cerca de 500 anos, teve a organização do seu primeiro Arquivo no contexto histórico da colonização, concretamente em 1934. Nesta sequência, este Arquivo passa a ser designado de Arquivo Histórico de Moçambique e desde essa altura procurou agregar todo o conjunto de documentos que, independentemente da sua natureza, diziam respeito à Província Ultramarina de Moçambique. E junto dele eram acumuladas informações sobre a população, principalmente em relação à sua origem, aos hábitos culturais, às normas de convivência e às actividades desempenhadas pela mesma e também eram organizadas as informações sobre as instituições administrativas coloniais. Com a independência, em 1975, esse Arquivo passa a ser gerido pelo novo Governo de Moçambique independente, neste caso a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). De salientar que os documentos acumulados deste o período colonial até a actualidade são a essência da memória do povo moçambicano e constituem a principal fonte para a produção do conhecimento histórico. Nesta senda, pode-se dizer que a produção historiográfica muitas vezes necessita de informação original ou primária que, normalmente só se pode encontrar em arquivos.

No entanto, a produção do conhecimento, no caso de Moçambique, constitui um desafio para o historiador, pois tem uma forte influência externa, isto devido à existência de muitos escritos sobre a história de Moçambique redigidos por escritores estrangeiros, mais do que por moçambicanos, ou seja, a maior parte da historiografia moçambicana apresenta um olhar externo. No entanto, nas últimas décadas surge uma preocupação em desconstruir/construir uma nova abordagem histórica, ou seja, renovar a historiografia moçambicana no sentido de resgatar e agrupar documentos desde os primórdios até aos dias actuais; e para tal vai se sistematizando as informações em diversos suportes, isto é, usando a arquivística. É nesta sequência que na primeira parte deste artigo analiso o Arquivo e seu percurso histórico olhando para a essência da sua importância na gestão de documentos. Na segunda parte procura-se verificar a memória arquivística como a parte essencial para a produção historiográfica.

Para realização deste artigo levou-se em consideração uma análise bibliográfica e documental feita a partir dos materiais e documentos existentes no Arquivo, o que permitiu aprofundar o assunto estudado ao mesmo tempo que permitiu fazer uma descrição mais clara dos factos. Portanto, centrou-se principalmente na documentação que deu mais ímpeto e clareza à pesquisa. E para melhor percepção dividimos em três pontos, a começar pelo arquivo, depois a memória e por fim a produção historiográfica, de modo a facilitar a compreensão e percepção sobre o artigo.

1. O Arquivo e seu percurso Histórico em Moçambique

Na linguagem comum, o Arquivo é a acumulação ordenada de documentos produzidos por instituições públicas e privadas ou por família ou pessoas durante o desenvolvimento das suas actividades cotidianas.

Segundo Belloto (2006), o Arquivo serve de instrumento principal de controlo à acção administrativa de qualquer empresa, seja ela privada ou pública. Abriga documentos resultantes de uma actividade, sendo estes conservados como comprovantes. A sua principal função é a disponibilização das informações contidas em seu acervo de maneira ordenada e funcional, a fim de embasar os procedimentos da instituição onde está inserido, ou seja, o Arquivo é o lugar destinado a guardar os documentos. Para Camargo (1994), o Arquivo funciona como um suporte jurídico-administrativo das actividades dos poderes públicos.

Em Moçambique, pelas disposições Gerais do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE), no seu Artigo 1º, define-se Arquivo como o conjunto de documentos de qualquer época e forma que, independentemente da natureza ou do suporte da informação, são acumulados e conservados em razão do seu valor ao longo das actividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para servir de referência, prova, informação ou fonte de pesquisa (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE- SNAE, 2007).

O Arquivo de Moçambique foi criado em 1934, como uma instituição arquivística pública pela Portaria nº 2.267, de 27 Junho, dentro do cenário da colonização. Criado junto à Repartição Técnica de Estatística, o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) tinha como objectivo, de acordo com esta Portaria, reunir num

Arquivo único os muitos e importantes documentos existentes nos vários Arquivos da colónia que interessavam à constituição de um Arquivo Histórico de Moçambique, e organizar uma colecção bibliográfica sobre Moçambique. Portanto este Arquivo surge num momento em que o Governo Colonial já tinha informações suficientes sobre o povo de Moçambique, devido aos vários estudos feitos por missionários e antropólogos, como é o caso de Henri Alexandre Junod². Nesta sequência, a partir de 1939, ano em que as funções do Arquivo foram bem definidas, destaca-se como “instrumento de cultura histórica e de Arquivo do Governo da Colónia”, segundo o artigo nº 2 do Diploma Legislativo nº 635, de 19 de Abril de 1939 (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Boletim Informativo do Arquivo Histórico de Moçambique, 2014).

Regulamentado à Repartição Técnica de Estatística durante duas décadas de sua existência, o Arquivo Histórico de Moçambique, a partir de 1957, através do Decreto-Lei nº 41.472 do então Ministério do Ultramar e da educação Nacional, passa a subordinar-se à Direcção dos Serviços de Instrução do Governo da Colónia, onde permaneceu até a proclamação da independência nacional, em 25 de Junho de 1975. No ano seguinte à sua ligação aos Serviços de Instrução, as suas funções foram ampliadas, sendo reconhecido, com base no Decreto nº 42.030, como Arquivo Geral e Depósito Legal do Governo da Província de Moçambique. O mesmo depósito legal refere-se à subordinação do Museu Histórico Militar da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, actual Fortaleza de Maputo, ao Arquivo Histórico de Moçambique.

Entretanto, com a conquista da independência nacional e consequente transição do Governo da colónia para o Governo da República Popular de Moçambique, hoje designada de República de Moçambique, a Direcção dos Serviços de Instrução transformou-se, em 1975, em Ministério da Educação do Governo de Moçambique. Todavia, um ano depois da independência, o AHM é transferido, através do Decreto nº 26/76, de 17 de Junho de 1976, do Ministério da Educação para a sua actual vinculação, a Universidade Eduardo Mondlane, a primeira e mais prestigiada instituição pública de ensino superior (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Boletim Informativo do Arquivo Histórico de Moçambique, 2014).

No entanto, sob a responsabilidade da Universidade Eduardo Mondlane, e no contexto de um país recém-independente, o Arquivo Histórico foi desenhando o seu percurso histórico, adquirindo as suas próprias características e seu valor. Neste âmbito, o Arquivo em Moçambique passa a apresentar uma dupla subordinação sustentada pela sua ligação administrativa a uma Universidade Pública e pela sua competência técnica que o liga ao Aparelho de Estado onde actua. Essa dupla subordinação do Arquivo Histórico de Moçambique faz do mesmo uma instituição peculiar em seus elementos básicos e acções que caracterizam o seu percurso histórico, fundamental no seu funcionamento interno como uma instituição arquivística e sua posição no quadro do campo arquivístico em Moçambique (NHARRELUGA, 2014).

Com base nesses elementos, pode-se dizer que a constituição do Arquivo Histórico de Moçambique como primeira instituição arquivística pública, no contexto moçambicano, é única, com a concepção de instituição arquivística na estrutura administrativa do Estado, e até hoje resulta da necessidade de preservar a memória e tradição do povo moçambicano. Nesta senda, a constituição do Arquivo Histórico de Moçambique, bem como o desenvolvimento da prática arquivística em Moçambique reflectem as necessidades da sociedade, considerando as funções do Estado e a centralidade de poder.

1.1. As características do arquivo

Em Moçambique assim como em outros países, o Arquivo tem características próprias que se distinguem por meio do princípio da organicidade que liga um documento aos outros do mesmo conjunto. As características básicas dos Arquivos residem na exclusividade da sua criação e recepção por repartição, firma ou instituição.

Segundo Rodrigues (2006), os princípios arquivísticos estabelecem três características importantes do Arquivo, que podem ser denominados da seguinte forma: 1) a singularidade do produtor do arquivo, 2) a filiação dos documentos às acções que promovem a missão definida e 3) a dependência dos documentos dos seus pares.

² Henri Alexandre Junod foi um missionário nascido na Suíça em 1863, trabalhou em Moçambique na Missão de Chiluvane, no Limpopo como etnógrafo, antropólogo, linguista e naturalista. Escreveu vários livros e artigos sobre os povos Bantus do sul de Moçambique, concretamente sobre os rongs no século XIX (JUNOD, 2009).

1) A singularidade do produtor do Arquivo ocorre em função do respeito à proveniência. Parte-se do princípio que um conjunto de documentos que foram produzidos e recebidos por sujeitos distintos não se constitui em um Arquivo. A relação entre o produtor- entidade, pessoa ou família- e o Arquivo fornece a identidade do conjunto de documentos e sua singularidade é indispensável.

A singularidade do produtor determina, também, a singularidade do próprio Arquivo. Mesmo que existam duas entidades com a mesma missão e cujas funções ou tarefas sejam definidas da mesma forma, elas não gerarão Arquivos idênticos. O manual publicado pela Associação dos Arquivistas Holandeses evidencia de forma clara essa posição: “Cada Arquivo possui, personalidade própria, individualidade peculiar, com a qual se familiariza o arquivista antes de proceder à sua ordenação” (RODRIGUES, 2006).

Neste âmbito, o Conselho Internacional de Arquivos, ao criar a norma para descrição de Arquivos, indica procedimentos baseados nos princípios arquivísticos sem determinar uma estrutura fixa de organização ou estabelecer códigos e títulos. Cada Arquivo merece sempre uma análise, planejamento e tratamento próprios à sua conformação.

2) A filiação do documento à acção que o produziu ou recebeu dá-se em função do respeito à manutenção da ordem original ou o respeito à proveniência interna. Sabe-se que um documento adquirido ou produzido recebido por motivos alheios às funções, actividades ou tarefas do sujeito que o acumula, não se define como documento de Arquivo. Essa filiação do documento à actividade que o gerou fornece identidade a si mesmo e em pequenos grupos. O documento corporifica a acção e, portanto, o que o identifica é a acção que o gerou.

3) A dependência do documento dos demais criados em prol da mesma missão que o gerou baseia-se no princípio de integridade ou indivisibilidade. Tem-se que a realização da missão de uma entidade, pessoa ou família é um processo constituído por diversas acções que geram documentos. Caso se mantivesse apenas um ou outro documento e se eliminassem os demais, esse documento seria apenas um documento que pertenceu ao Arquivo daquele produtor, não se poderia considerá-lo o Arquivo do seu produtor (RODRIGUES, 2006).

Mas não seria a multiplicidade de documentos o factor determinante para que o Arquivo forneça o seu significado, ou seja se uma entidade iniciasse uma determinada missão e a missão não fosse concluída mesmo com o acúmulo de documentos, este seria o Arquivo da entidade que encerrou as suas actividades. Assim, o que permite que um documento isolado seja considerado um Arquivo é o facto de não terem sido eliminadas informações relacionadas a ele contidas em outros documentos, é o facto de o Arquivo não ter sido mutilado, é o facto de o documento não ter sido separado dos demais originados da realização de uma mesma missão.

Neste âmbito, consideram-se essas três características como condição para se definir um conjunto de documentos como Arquivo e para definir um documento isoladamente como sendo arquivístico.

1.2. A gestão de documentos arquivísticos

Segundo Freiburger (2012), é a partir da gestão de documentos que podemos fazer um correcto arquivamento. Nesta senda, pode-se dizer que a gestão de documentos surgiu a partir da necessidade das organizações em gerenciar a informação que se encontrava desestruturada, visando facilitar o acesso ao conhecimento explícito da corporação. Também pode ser considerada como um conjunto de soluções utilizadas para assegurar a produção, administração, manutenção e destinação dos documentos, possibilitando fornecer e recuperar as informações contidas nos documentos de uma maneira conveniente (SANTOS, 2002).

Segundo Nharreluga (2014), como forma de gerir melhor os documentos de Arquivo, em 1978, o Governo de Moçambique independente cria um Projecto de Recuperação da Documentação do país, existente em Portugal, usando os contactos que nutria com outros países. E, com base nessa conjuntura, a partir de 1980, através da criação de um outro projecto designado de Projecto de Recolha de Fontes Oraís de História, o Arquivo Histórico de Moçambique ganha uma nova dinâmica na ampliação do seu acervo, que passou a agregar relatos de fragmentos de História que passam de geração em geração, testemunhos de

vivências mais recentes, autobiografias e entrevistas individuais e colectivas. Na mesma década, visando à ampliação de seu acervo, e com a aprovação da Presidência da República, através do Diploma Ministerial de 29 de Outubro de 1981, foi feita a recolha da documentação colonial a todos os níveis da administração e do Governo.

Portanto, o objectivo de todas essas acções visava à ampliação de seu acervo e melhorar a capacidade institucional. Estas acções tiveram maior impacto quando, entre 1985 e 1986, esta instituição, com o auxílio da Universidade Eduardo Mondlane, cria o curso de licenciatura em História com especialidade em Documentação. Esta situação mostra o interesse do Governo na perspectiva de gestão, recolhimento, preservação e acesso aos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização, quanto revelavam um investimento efectivo na recuperação da memória da nação moçambicana, embora não seja evidente a função de gestão de documentos na trajectória desta instituição. Reconhece-se, deste modo, o enquadramento do conjunto de actividades e acções aqui descritas e desempenhadas pelo Arquivo Histórico de Moçambique como consequência, em parte, das suas competências como Arquivo do Governo, e, por outro lado, como Arquivo vinculado a uma Universidade, a quem além de servir como laboratório para pesquisa documental e bibliográfica, se serve de sua vocação de ensino.

A partir de 1992, o Arquivo Histórico é reconhecido como Órgão Coordenador do Sistema Nacional de Arquivos e este órgão é extinto em 2007 pelo Decreto nº 36/2007, de 27 de Agosto, que cria o Sistema Nacional de Arquivo do Estado (SNAE), uma perspectiva que reitera competências definidas no âmbito da sua criação em 1934 e ampliado em 1958, nesta sequência anuncia um cenário amplo para a realização de actividades arquivísticas de carácter e a nível nacional.

Esta Lei de 2007 foi ratificada em 2010, portanto, em Moçambique actualmente a gestão documental é regulada pelo Diploma Ministerial n.º 35/2010 de 10 de Fevereiro, que declara o seguinte: “Havendo necessidade de dotar o órgão Director Central do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE), de mecanismos de consulta para aprimorar o exercício das suas actividades, ao abrigo do Disposto no n.º 2 do artigo 3 do Estatuto Orgânico do Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique, aprovado pela Resolução n.º15/2009, de 8 de Julho, conjugado com os artigos 17 e 18 do sistema Nacional de Arquivos do Estado, aprovado pelo Decreto n.º 36/2007, de 27 de Agosto”.

Com base nesta legislação, fica claro que a gestão de documentos em Moçambique está directamente ligada ao sistema nacional de Arquivos, que facilita todo o processo de gerenciamento das informações.

Segundo Sousa (2003), uma das principais medidas para a gestão dos Arquivos é a sua classificação. E esta classificação do documento determina e é determinada pelas demais actividades que compõem a Gestão de Documentos. No entanto, estipulou-se entre os fazedores da arquivologia, que a classificação dos documentos de carácter permanente denomina-se Arranjo. Quando se utiliza o termo classificação, ele se refere a à temporalidade dos Arquivos que trataremos no ponto a seguir. Nesta óptica a classificação é vista como a “Sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e actividades da entidade produtora, visam distribuir os documentos de um Arquivo”.

A interpretação de que o significado do documento se encontra no contexto da sua criação é reforçada por Rodrigues (2005, p.78), ao discutir o tratamento de documentos arquivísticos:

“Os Arquivos conservam registros de acções e de fatos como prova da gestão que os produziu, dos quais são produtos naturais. [...] o Arquivo se forma por um processo de acumulação natural, o que significa dizer que tem o atributo especial de ser um conjunto orgânico e estruturado, onde seu conteúdo e significado só podem ser compreendidos na medida em que se possa ligar o documento ao seu contexto mais amplo de produção, às origens funcionais”.

Os principais objectivos da gestão de documentos:

- Organizar a produção, administração, gerenciamento, manutenção e destinação dos documentos de modo eficiente;

- Agilizar a eliminação de documentos que não tenham valor administrativo, fiscal, legal, histórico e/ou científico;
- Assegurar o acesso à informação governamental quando e onde se fizer necessária ao governo e aos cidadãos;
- Garantir a preservação e o acesso aos documentos de carácter permanente.

1.2.1. A Gestão Temporal dos Arquivos

Em relação à gestão documental em Moçambique, segundo o SNAE (2007), assim como em vários países, depara-se com três importantes momentos nos Arquivos que são a produção, utilização e avaliação para a determinação do destino. Esta determinação deve ser embasada pelo uso da tabela de temporalidade, que é o instrumento normativo elaborado por profissionais, das mais diversas áreas, principalmente a jurídica, administrativa e contábil, com auxílio de historiadores e sob a coordenação dos arquivistas.

A tabela de temporalidade determina os prazos que cada documento deve ser mantido em cada fase da sua vida documental; dependendo do momento em que o documento se encontra será enviado para:

a) **Arquivos de Primeira Idade ou Corrente** – Aqueles que abrigam documentos que ainda são passíveis de consultas frequentes, sendo assim, ainda necessários para uso diário e exclusivo da fonte geradora, devido ao seu conteúdo conter ainda informações em curso; para isso a sua manipulação deve ser de fácil acesso;

b) **Arquivos de Segunda Idade ou Intermediários** – Quando se chega neste momento os documentos não estão mais em uso corrente; seu arquivamento é transitório e a sua função é assegurar a preservação guardando-os temporariamente e aguardando o cumprimento dos prazos estabelecidos pelas comissões de análise, sendo eliminados ou guardados definitivamente para fins de prova ou pesquisa;

c) **Arquivos de Terceira Idade ou Permanentes** – Os documentos destinados à guarda permanente são aqueles cujas informações são consideradas imprescindíveis ao órgão produtor e para o cidadão. Estes documentos, além dos valores administrativo, fiscal e legal, agregam também os valores histórico, probatório e informativo que lhes são atribuídos; portanto devem ser definitivamente preservados a fim de comprovar direitos e servir como fonte de pesquisa. O exemplo claro destes tipos de documentos são os que se referem ao período colonial, que preservam parte da memória do povo moçambicano. Segundo o Decreto 36/2007, de 27 de Agosto, a gestão do Arquivo Permanente está sob a responsabilidade do Arquivo Histórico de Moçambique.

O autor Jenkinson (1965) considera o Arquivo de guarda permanente uma continuidade do arquivo corrente, condenando a eliminação de documentos por parte do arquivista, pois esta actividade, segundo este autor, deve ficar a cargo exclusivamente do próprio produtor dos documentos. Para este autor é necessário se orientar a guarda pelo valor administrativo e entende ele que os documentos nunca perdem o valor de informação e prova para o seu criador.

Segundo Emos (2017), a constituição de um Arquivo é concebida como actividade social e politicamente orientada, que tem implicações sobre a narrativa e a escrita historiográfica, portanto, também tem um significado histórico a ser investigado.

1.2.2. O Gerenciamento Electrónico de Documentos

No âmbito do surgimento e uso mais intenso dos microcomputadores, a partir da década de 1980, utiliza-se este instrumento para as mais diversas funções, que vão desde os mais simples editores de textos até os mais sofisticados e complexos programas, que no caso dos Arquivos vêm apresentando soluções para gerenciamento de documentos, das quais podemos citar o tratamento digital de imagens, as técnicas de fluxo de trabalho, a multimídia, que combina textos, voz, imagens e movimento, os quais oferecem recursos cada vez mais amplos na área da informação e documentação (LOPES, 2004).

Com o desenvolvimento da tecnologia de informação, a arquivística desenvolveu-se com métodos modernos como gerenciamento electrónico de Documentos (GED) e sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGAD). O gerenciamento electrónico de documentos é uma tecnologia capaz de gerenciar de forma electrónica qualquer tipo de documento, seja ele um documento digital ou não (FREIBERGER, 2012).

Nesta senda, Innarelli (2015) salienta que com o constante crescimento do volume de documentos desenvolveram-se novas técnicas e suportes para arranjo e armazenamento de documentos; fala-se aqui do Arquivo na era digital que compreende tecnologias, recursos humanos e informação digital. Dentre os mais utilizados pode-se destacar a microfilmagem e o gerenciamento electrónico de documentos, por meio de digitalização e utilização de software para controle.

Em Moçambique o Governo nos últimos anos tem se preocupado em investir no gerenciamento electrónico, tanto é que o Arquivo Histórico de Moçambique já consegue gerir os seus documentos mais críticos e confidenciais durante todo o seu ciclo de vida – desde o Arquivo físico, passando pela digitalização e disponibilização na solução de gestão documental online. Portanto, todo este processo migratório digital facilita o armazenamento e gestão segura de documentos e informação e evita perdas dos mesmos.

De salientar que a era digital não só mexe com a produção dos Arquivos como também constitui um desafio para os funcionários do Arquivo Histórico de Moçambique em relação a sua autenticidade, ou seja, como preservar a informação escrita diante da tecnologia e também porque a tecnologia pode pôr em causa o poder, os segredos e leis, isto porque através dela as informações podem ser manipuladas, e, em Moçambique, a tecnologia ainda é um dilema, mesmo com tantos avanços já registados.

Algumas vantagens do GED segundo Lopes (2004):

- a) Interação com outros sistemas como correio electrónico, sistemas de gestão e manutenção;
- b) Possibilidade de maior disseminação da informação, dinamizando a análise de documentos e reduzindo o tempo de tramitação dos mesmos;
- c) Redução de custos provenientes da duplicidade, reprografia e extravio de documentos;
- d) Rapidez no envio da informação ao usuário final;
- e) Agilidade no atendimento e padronização no cadastramento e informações;
- f) Economia com a redução de tempo de resposta para auditorias e pesquisas;
- g) Redução de tempo no acesso a documentos, redução de área física e móveis para arquivamento.

A implantação tanto do GED, como de microfilmagem devem ser efectivadas visando a garantia no processo de actualização da documentação, interrupção no processo de deterioração dos documentos, e ainda a eliminação do risco de perda do acervo, através de backup, microfilmagem e distribuição de documentos, sem falar no acesso à informação pela internet.

2. Memória Arquivística, Arquivo e História

Para Emos (2017), a memória arquivística é um tipo de memória embasada em registros guardados institucionalmente e que são as fontes de confecção do trabalho historiográfico: materiais a partir dos quais o historiador pode realizar sua pesquisa, definir temas e com os quais escreve o texto histórico. A memória arquivística é intrínseca na construção das principais categorias epistemológicas da ciência histórica: 1) arquivo/prova documental/testemunho; 2) explicação/compreensão; 3) representação escriturária do passado. O que, no aspecto prático, reforça as reflexões sobre fontes históricas, escrita/narrativa da história e memória.

Na visão de Lousada (2013), a noção de memória dentro dos arquivos é o processo de selecção e avaliação dos documentos. Salienta ainda esta autora que, desde os primórdios, o homem busca meios de registrar e conservar suas memórias, sob as mais diferentes formas. Primeiramente, sob a forma oral, depois através de símbolos gráficos. Portanto, a memória registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda e qualquer actividade humana: a existência de um grupo social, como exemplo o grupo macua³ de Moçambique, que constitui o grupo alvo da nossa pesquisa no trabalho de doutoramento que ainda está em curso, seria impossível conhecer ou trabalhar este grupo sem o registro da memória, e hoje só é possível estudar esse grupo graças ao armazenamento dessas memórias nos Arquivos. E sem estes registos arquivados a verdadeira história não seria a mesma, ou pelo menos sob a forma que conhecemos. Trata-se de uma memória necessária a qualquer administração saudável, mas também às gerações vindouras. Por exemplo, como saber do processo da descolonização nos dias de hoje sem recorrer aos Arquivos, sendo que a maior parte dos estudos que serão pesquisados em Moçambique englobam esta vertente da descolonização.

Na opinião de Le Goff (2003), a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo actualizar impressões ou informações passadas ou reinterpretadas como passadas. O estudo da memória passa da Psicologia à Neurofisiologia, com cada aspecto seu interessando a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História. Ainda para este autor, o universo da memória, de sua produção e de seus usos sociais é extremamente complexo. E a produção historiográfica não é senão um pequeno segmento da memória colectiva.

A memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. Mas só muito recentemente se tornou objecto de reflexão da historiografia. Só no final da década de 1970 que os historiadores da Nova História começaram a trabalhar com a memória. Nesta altura, os historiadores começaram a se apossar da memória como objecto da História e usaram como principal campo para trabalhar a História Oral. Nessa área, muitos estudiosos têm se preocupado em perceber as formas da memória e como esta age sobre a nossa compreensão do passado e presente.

Para teóricos como Maurice Halbwachs, citado por Le Goff (2003), há, inclusive, uma nítida distinção entre memória colectiva e memória histórica: pois enquanto existe, segundo ele, uma História, existem muitas memórias. Enquanto a História representa factos distantes, a memória age sobre o que foi vivido. Nesse sentido, não seria possível trabalharmos a memória como documento histórico. Essa posição hoje é muito contestada. Entretanto, considera-se que apesar de haver uma distinção entre Memória e História, essas são inseparáveis, pois se a História é uma construção que resgata o passado do ponto de vista social, é também um processo que encontra paralelos em cada indivíduo por meio da memória. Mas a memória não é apenas individual; na verdade, o historiador se interessa pela memória colectiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. O estudo histórico da memória colectiva começou a se desenvolver com a investigação oral.

- Como caracterizar a memória colectiva?

Le Goff (2003) caracteriza a memória colectiva da seguinte maneira: Primeiro, gira em torno quase sempre de lembranças do cotidiano do grupo, como exemplos as cerimónias tradicionais conhecidas por ritos de iniciação⁴ que são realizadas na comunidade macua do norte de Moçambique, quase nunca fazem referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia e tende a idealizar o passado. Em segundo lugar, a memória colectiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente

³ O grupo macua é originário do norte de Moçambique, concretamente da província de Nampula. Os macuas, pela língua, pelas crenças, pelos hábitos e costumes, e até pelas características, identificam-se, indiscutivelmente, como fazendo parte da grande família dos bantus. É o maior grupo étnico de Moçambique (BAPTISTA, 1951, p.10).

⁴ Tradicionalmente o tipo de prática cultural mais destacado na sociedade macua sempre foram os ritos de iniciação, tanto para homens como para mulheres. Os ritos de iniciação são entendidos como um processo cerimonial pelo qual um indivíduo (homem e mulher) ganha uma nova posição social em sua comunidade, ou seja, a transição de um estágio para outro, da infância para a vida adulta. As características essenciais são a aquisição pelo indivíduo de deveres, direitos, obrigações e privilégios devido à sua mudança de estatuto. Os ritos de iniciação também são entendidos como uma instituição de educação social que visa a formação dos iniciados e é fundamental nas relações sociais entre os indivíduos de uma comunidade macua (MEDEIROS, 2007, p. 50).

tende a apegar-se a um acontecimento, considerado fundador, simplificando todo o restante do passado, isto porque ela também simplifica a noção de tempo fazendo apenas grandes diferenciações entre o presente (nossos dias) e o passado (antigamente). Além disso, mais do que em datas, a memória colectiva se baseia em imagens e paisagens. Por outro lado, existe o esquecimento, que é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados factos. Assim, a memória colectiva reelabora constantemente os factos. Outra distinção entre História e Memória está no facto de a História trabalhar com o acontecimento colocando para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reacção que o facto causa no indivíduo. A memória recupera o que está submerso, seja no indivíduo ou no grupo; a história trabalha com o que a sociedade traz ao público. Para Le Goff (2003), é preciso diferenciar as sociedades de memórias orais e as sociedades de memórias escritas. Enquanto alguns autores como Leroi-Gourham, citado por Le Goff (2003) consideram que a memória colectiva ou étnica, é uma característica intrínseca de todas as sociedades, Le Goff (2003) defende que ela é uma forma característica dos povos sem escrita. A história se apodera da memória colectiva e a transcreve em palavras.

Neste âmbito pode-se dizer que em Moçambique o interesse pela memória inicia ainda no contexto colonial, concretamente em 1961, aquando do surgimento do Projecto de Memória que se liga às bibliotecas, como é o caso da Biblioteca Nacional de Moçambique criada nesse mesmo ano. Neste sentido e com base nos elementos que caracterizavam a constituição do Arquivo Histórico de Moçambique, surge um movimento ligado à construção da nação implantado em 1975, cujo sustento encontrou-se nas bibliotecas e nos museus. Estas unidades, juntamente com o Arquivo de Moçambique, em princípio, converteram actos institucionais em práticas de poder e de cidadania envolvendo, nesse processo, documentos e Arquivos como elementos relacionados ao processo de constituição de memória (NHARRELUGA, 2014).

3. Produção historiográfica na era contemporânea em Moçambique

A era contemporânea é particularmente marcada por grandes acontecimentos e mudanças, ou seja, grandes reflexões, discussões e avanços em relação à produção historiográfica. Nesta época, a produção do conhecimento historiográfico é retomada pelos historiadores com elevado vigor. Portanto, a questão do papel do historiador na era contemporânea e da relevância da historiografia no tempo presente põem-se com insistência renovada nas últimas décadas. Embora o uso de fontes orais não constitua uma especificidade de África, elas passaram a fazer parte dos recursos metodológicos da sua historiografia, particularmente depois das décadas 1950 e 1960 e, no geral, nos períodos que se seguiram às independências nacionais dos seus países (SILVA, 2015). No contexto que acabámos de mencionar, com a contribuição dada pelos relatos orais, a historiografia africana com enfoque para Moçambique iniciou um processo de resgate da memória histórica do seu povo.

Em África, com particularidade para Moçambique, a partir da década de 1970, a historiografia ganha um interesse específico pela história social e pela história intelectual, onde a narrativa histórica passou a assumir um papel de relevo. As novas correntes da história que se desenvolveram a partir da década de 1980 no “mundo ocidental” reforçaram a importância que a narrativa histórica já vinha desempenhando e as perspectivas da sua análise e “renovação”.

No entanto, em Moçambique, devido à escassez de documentos escritos para analisar os períodos mais remotos como o período pré-colonial, e a necessidade de comparar e testar a veracidade das fontes, procurou-se socorrer-se na história oral, portanto, um processo que contou com a colaboração de historiadores, antropólogos e linguistas (SILVA, 2015). Vista como uma fonte alternativa e/ou complementar à existência de outros documentos, para além da escrita, já que em muitas sociedades a oralidade e a escrita coexistem e o recurso a outras provas documentais é variado, a história oral foi também desenvolvida para sobrelevar uma visão colonial do passado e para “dar voz” e visibilidade aos protagonistas da História em África. Referimos aqui não só os “esquecidos” pela historiografia colonial, mas também os retratados, interpretados, e reinterpretados, à luz dos detentores da palavra escrita.

- Como e quando a historiografia passou a ser produzida na era contemporânea?

Para alguns historiadores como Burke (1992), a historiografia é a ciência e arte de escrever a história. É também a ciência que estuda, analisa e registra os factos históricos ao longo do tempo. A historiografia pode ser vista como a ciência que conta como os seres humanos fizeram história com o passar do tempo. É neste cenário que não se pode falar da produção historiográfica contemporânea sem contemplar a Escola dos Annales, que trouxe mudanças significativas para o ofício do historiador e para a produção historiográfica, apontando novos objectos, novos problemas e novas abordagens. Principalmente na terceira geração dos Annales na década de 1970 a 80, intitulada História Nova, que tem como principal expoente Jacques Le Goff e é neste campo que este autor vai apontar três fenómenos no campo do saber que são a afirmação das ciências, sua renovação e a interdisciplinaridade, e assim passou-se a definir e ampliar-se temas de pesquisas e a interdisciplinaridade da história que vai multiplicar suas pesquisas e busca baseadas em novas vivências como a história das mulheres, a história de grupos desfavorecidos, a história da vida privada, do dia-a-dia entre outras. Neste contexto, a historiografia contemporânea está vinculada aos métodos de produção da história sob a forma da própria condição de se construir um autoconhecimento mediante um olhar para o passado, enfocando o quotidiano; isso sim, seria uma marca historiográfica do produzir história e seus conceitos.

- O que nos leva a pensar que a historiografia contemporânea é mais científica que a da antiguidade?

A produção historiográfica actual é feita com graus de cientificidade um tanto mais plausível do que no modo antigo. Para dizer que a historiografia vem sofrendo substancialmente mudanças ao longo do tempo, desde a antiguidade até a era contemporânea, no que diz respeito à reflexão e consciência da análise histórica. Ainda podemos dizer que a produção historiográfica sobrecarrega as marcas do seu tempo: cada momento histórico e cada geração de historiadores escrevem em representação do seu passado, o que quer dizer que as afirmações e verdades construídas em dado período são provisórias. Por isso, as concepções e afirmações parciais podem ser consagradas, reafirmadas, reutilizadas ou até recusadas posteriormente (BURKE, 1992). É verdade que a produção historiográfica de um mesmo período pode e deve se contrapor, antagonizar, acumular e lançar diversos olhares sobre o passado. Isto para dizer que as concepções históricas são determinadas também por fontes documentais que podem apresentar adulterações. Cabe ao historiador verificar a autenticidade dessas fontes. Em Moçambique, o historiador ao debruçar-se na historiografia normalmente enfrenta diversos obstáculos durante configuração ou reconfiguração da narrativa histórica, desde as teorias- metodológicas aplicadas até aos complexos contextos da actualidade. Portanto, a relação entre o historiador e a produção historiográfica foi marcada pelo tempo em diversas épocas.

4. Considerações Finais

A discussão apresentada neste artigo tem como objectivo apresentar uma visão esquematizada da relação entre os arquivos, memória, história e produção da historiografia em Moçambique. Para tal, buscou-se na bibliografia básica e complementar aspectos importantes sobre estes pontos de reflexão e nota-se que estes pontos têm uma relação, uma vez que os arquivos são conjuntos de documentos e estes são fundamentais para a construção das memórias e que, por sua vez, estas são importantes para escrever a história, ou seja, para a produção historiográfica que tem como base a utilização de documentos produzidos pelo historiador. Segundo Le Goff (2003), não haverá história sem documentos e devemos olhar para os documentos como uma construção, como um produto da sociedade que os fabricou. E devido à aproximação da história aos documentos arquivísticos e do reconhecimento dos mesmos, criou-se uma tradição de actuação dos historiadores em instituições de memória. E a historiografia, de forma geral, tem uma relevância primordial na formação da história e seus conceitos, e é fundamental que os historiadores actualizem de tempos em tempos os seus conceitos para melhor aperfeiçoar as suas pesquisas e melhorar seus conhecimentos.

Referências

- BAPTISTA, Abel dos Santos. Monografia etnográfica sobre os macuas: breve ensaio etnográfico sobre a nação macua, dos distritos de Cabo Delgado, Nampula e Quelimane. Lisboa, Agencia Geral do Ultramar, 1951.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2006). "Da administração à história: ciclo vital dos documentos e função arquivística". In: Arquivos Permanentes: Tratamento documental. Rio de Janeiro Editora FGV, 2006. 320p
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2006). "A ordenação interna dos fundos". In: Arquivos Permanentes: Tratamento documental, pp.147-160. Rio de Janeiro, Editora, FGV, 2006.
- BURKE, P. A escola dos Annales 1929 - 1989: A revolução Francesa na Historiografia. São Paulo, Editora Unesp, 1992.
- CAMARGO, A.M. O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e Arquivos. Maputo, AHM, 1994.
- COSTA, Inês Nogueira da. "Importância dos Arquivos na Construção e ensino da História de África: o Arquivo Histórico de Moçambique". In: Construção E Ensino Da História De África. Maputo, Fundação Calauste Gulbenkian, 1994. Pp.491-499.
- SILVA, Teresa Cruz e. "Memória, História e Narrativa: os desafios da escrita biográfica no contexto da luta nacionalista em Moçambique". In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, CES, 2015. Pp.133-152
- EMOS, Giovana. "Arquivo e produção do conhecimento Histórico". In: Revista Anais do XI Encontro Estadual de História de ANPUHGO, V.1 n.3, Goiás, 2017.
- FREIBERGER, Zélia. Gestão de documentos e Arquivística. Curitiba, Instituto Federal de Paraná, 2012.
- INNARELLI, Humberto Celeste (2008). "Preservação digital e seus dez mandamentos". (Parte I, pp.21-39). In: Arquivística: Temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Distrito Federal, SENAC, 2008.
- JUNUD, Henri Alexandre. Usos e Costumes dos Bantus. Campinas, IFCH/Unicamp, 2009.
- LE GOFF, Jacques (2003). "Documento/Monumento". In: JACQUES LE GOFF. História e Memória. Pp. 525-541.
- JENKINSON, Hilary. A Manual of Archive Administration. London: Percy Lund, Humphries, 1965.
- LOPES, Luís Carlos (2009). "A teoria das três idades". In: A nova arquivística na modernização administrativa. Brasília, Projecto Editorial. Pp.267-281
- LOPES, Uberdan dos Santos. "Arquivos e a Organização da Gestão Documental". In: Revista ACB, v.9, n.1. Santa Catarina, 2004. Pp.113-122
- LOUSADA, Mariana (2013). "A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para construção da memória". Universidade Estadual Paulista. Pp.63-78.
- MEDEIROS, Eduardo. 2007. Os senhores da floresta: Ritos de Iniciação dos rapazes macuas e lomués. Porto: Campo das Letras.
- RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. "A Teoria dos Arquivos e a gestão de documentos". In: Perspectivas em Ciências Sociais de informação. Vol.11, nº1. Belo Horizonte, Jan./Apr.2006.
- NHARRELUGA, Rafael Simone. "A instituição arquivística moçambicana e a inflexão na configuração e papel". In: Acesso Livre n.1, Jan./Jun.2014, pp.19-34.

SANTOS, V.B. Gestão de Documentos electrónicos: uma visão arquivística. Brasília, ABARQ., 2002.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Iza L. (Org.). Organização e Representação do Conhecimento. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 240-271.

A Legislação Colonial

GOVERNO COLONIAL. Portaria nº 2.267, de 27 de Junho de 1934. Cria o Arquivo Histórico de Moçambique.

GOVERNO COLONIAL. Diploma Legislativo nº 635, de 19 de Abril de 1939. Que Redefine os objectivos do Arquivo Histórico de Moçambique.

GOVERNO COLONIAL. Decreto nº 41.472, de 1957. Transfere o Arquivo Histórico de Moçambique da Repartição Técnica de Estatística para a Direcção dos Serviços de Instrução do Governo da Colónia.

GOVERNO COLONIAL. Decreto nº 42.030, de 1958. Amplia as funções do Arquivo Histórico de Moçambique.

A Legislação Pós-Colonial

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Boletim Informativo do Arquivo Histórico de Moçambique. Publicação Trimestral, 2ª ed. Abril/Jun., de 2014. Disponível em <https://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/unidades-organicas/especiais/arquivo-historico-de-moçambique>. Acessado em 20.12.2020.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE). Moçambique, Imprensa Nacional, 2007. Disponível em <https://www.mined.gov.mz>. Acessado em 20.12.2020.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Manual de procedimentos do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE). Maputo, Agosto de 2009. Disponível em <http://www.mined.gov.mz/POEMA/Biblioteca/PO-s6-Manual-Procedimento-SNAE.pdf>. Acessado em 11.03.2021.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 26/76, de 17 de Julho de 1976. Integra o Arquivo Histórico na estrutura da Universidade Eduardo Mondlane.

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial de 29 de Outubro de 1981 (do Ministerio de Estado na Presidência). Atribui competência ao Arquivo Histórico de Moçambique para criar o Projecto de Recolha em todo país, da documentação referente ao período colonial.

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial nº 103/92, de 22 de Julho de 1992. Aprova o Estatuto Orgânico da Biblioteca Nacional.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 33/92, de 26 de Outubro de 1992. Institui o Sistema Nacional de Arquivos.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 36/2007, de 27 de Agosto de 2007. Institui o Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE).

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial nº 35/2010, de 10 de Fevereiro de 2010. Aprimora os exercícios das actividades do Serviço Nacional de Arquivos do Estado.